



QUESTÕES

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO



Prof. Raphael Spyere

PARTE 3

DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



Raphael
Spyere
Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR

 @PROF.RAPHAELSPYERE



ADI 7236/DF.
MC 23/09/25.
Art 23, L. 8429/92.

Resolução de questões – FGV:

- [Agentes Públicos;
- Serviços Públicos;
- [Processo Administrativo.

L. 9784/99

+ JURISPRUDÊNCIA.

[na CF/88]

L. 8112/90

L. 8987/95

L. 11079/04

doutrina.

CF, Art. 41, § 2º

43. (FGV/DPE RO/2025) Maria, após regular aprovação em concurso público, foi nomeada para ocupar cargo de provimento efetivo no quadro de servidores da Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Um mês depois, foi informada que João, ocupante anterior do cargo e que fora demitido, teve sua demissão invalidada por decisão administrativa. Na situação descrita, é correto afirmar que João deve ser

L. 8112/90, Art 28

- ~~X~~ A) Posto em disponibilidade até que Maria deixe o cargo.
- ~~X~~ B) Reconduzido ao cargo de origem, e Maria pode ser aproveitada em outro cargo.
- ☒ C) Reintegrado ao cargo de origem, e Maria pode ser posta em disponibilidade.
- ~~X~~ D) Readaptado em outro cargo, com remuneração e atribuições similares ao cargo de origem.
- ~~X~~ E) Aproveitado em outro cargo, considerando que o cargo que ocupava foi provido com a nomeação de Maria.

[Maria] ~ estável { [recondução] ~ Art 29
[provisionamento] ~ Arts. 30 - 32.
[disponibilidade].

44. (FGV/DPE RP/2025) Joana, servidora estável do Poder Executivo do Estado de Rondônia, foi aprovada em concurso público para o cargo Y, no âmbito da mesma estrutura estatal de poder. Por tal razão, veio a ser desligada do cargo anterior e tomou posse no novo cargo. No entanto, ao fim do estágio probatório relativo a este último cargo, foi considerada inabilitada. Na situação descrita, é correto afirmar que Joana deve ser

SÚMULA 21. STF.

A) demitida.

~~B) exonerada.~~

C) revertida ao cargo anterior

D) reintegrada ao cargo anterior.

E) reconduzida ao cargo anterior.

> L. 8112/90, art 90, §2º

45. (FGV/PC MG/2025) Antônia, servidora pública, foi diagnosticada com doença psiquiátrica. Durante o atendimento ao público, Antônia teve um surto psicótico grave e praticou agressões físicas e verbais contra uma pessoa que foi buscar informações. No bojo de ação penal que tratava dos mesmos fatos, foi reconhecido que Antônia estava completamente incapaz de entender o caráter ilícito de suas ações ou de se determinar de acordo com esse entendimento, sendo proferida uma sentença de absolvição imprópria. Sobre a hipótese relatada, com base em entendimento do STJ, assinale a afirmativa correta.

CPB Art 96
absolve (imprópria)
mudança de sigla (SAUDE)
Inst. Penal

doença / apontado
NÃO pode sanear.
Inst. adm.

- (A) As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sob pena de incidir em bis in idem.
- (B) O princípio da absoluta independência entre as instâncias penal e administrativa vigora em nosso ordenamento jurídico.
- (C) A conclusão positiva acerca da carência de discernimento cognitivo no processo penal não impede ulterior revisão ou desconsideração na via administrativa.
- (D) A inimputabilidade reconhecida na esfera penal não influencia o processo administrativo disciplinar, já que o ilícito administrativo desconhece a categoria da culpabilidade.
- (E) Constatada a prática de falta disciplinar quando o agente estava em surto psicótico e absolutamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato cometido, descabe a fixação de sanção administrativa, à luz do princípio constitucional da culpabilidade, o qual exige, para a cominação de qualquer espécie de sanção estatal, a verificação da culpa em sentido lato.



INFLUIR ...

~~Instância
Administrativa~~

RMS 72642 - STJ = Independência
Mitigada.

46. (FGV, ENAM/2025) Com relação ao tema agente público, especialmente no que concerne ao acesso aos cargos, empregos e funções públicas, bem como às respectivas garantias, à luz das disposições constitucionais, é correto afirmar que

X a obrigatoriedade de concurso público para fins de investidura restringe-se aos cargos efetivos, não sendo aplicável para a admissão em emprego público. CF, Art 37, II cargo emprego

X é vedada a realização de processo seletivo simplificado para fins de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei. [CF, Art 37, IX]

X o acesso a cargos, empregos e funções públicas depende necessariamente da realização de concurso público de provas e títulos inclusive para a nomeação em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. provas ou provas e títulos

D a garantia da estabilidade dos servidores públicos, mediante o preenchimento dos requisitos constitucionais, tais como três anos de efetivo exercício, é assegurada para os aprovados em concurso público para cargo efetivo. CF, Art. 41 - § 4º

X as funções de confiança destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento não são exclusivas de servidores ocupantes de cargos efetivos que tenham sido aprovados em concurso público, pois tal exigência se aplica apenas aos cargos em comissão, que são exclusivos dos servidores de carreira. CF, Art 37, IV

estabilidade

17. (FGV/TCE PE/2025) Após ser aprovado em um complexo concurso público, Eduardo tomou posse no cargo público de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado Alfa, estando em efetivo exercício há quatro anos. O Poder Público descobriu, contudo, que Eduardo estava, frequentemente, embriagado no âmbito da repartição pública, dando ensejo à deflagração de um processo administrativo disciplinar em seu detrimento. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Eduardo, por ser um servidor público:

- ☒ A) celetista, faz jus à estabilidade, mas nada impede que haja a perda do cargo público por meio de decisão prolatada em processo administrativo disciplinar, observando-se a ampla defesa.
- ☒ B) estatutário, faz jus à estabilidade, mas nada impede que haja a perda do cargo público por meio de decisão prolatada em processo administrativo disciplinar, observando-se a ampla defesa. *P.A.D.*
- ☒ C) estatutário, faz jus à estabilidade, de forma que só poderá perder o cargo público por meio de sentença judicial transitada em julgado. *Jud. Trans. em Julg.*
- ☒ D) celetista, faz jus à vitaliciedade, de forma que só poderá perder o cargo público por meio de sentença judicial transitada em julgado. *vitalicio.*
- ☒ E) estatutário, faz jus à vitaliciedade, de forma que só poderá perder o cargo público por meio de sentença judicial transitada em julgado. *Devido judicial trans em julgado.*

48. (FGV/TCE PE/2025) Matheus, ocupante de um cargo público na autarquia Alfa, pessoa jurídica de direito público, e Maria, titular de um emprego público na sociedade de economia mista Beta, pessoa jurídica de direito privado, estudam a possibilidade de acumular as respectivas funções com outras atividades desenvolvidas junto ao Poder Público. Registre-se que a autarquia Alfa e a sociedade de economia mista Beta integram a Administração Indireta do Estado de Pernambuco. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que, como regra geral, veda-se a acumulação remunerada de cargos públicos, o que:

CF, ART. 37, XVI e XVII

- ☒ A) se aplica aos agentes públicos Matheus e Maria, já que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange, dentre outras, autarquias e sociedade de economia mista.
- ☐ B) se aplica à servidora pública Maria, mas não ao agente público Matheus, por exercer as suas funções junto a uma pessoa jurídica de direito público.
- ☐ C) não se aplica aos agentes públicos Matheus e Maria, desde que eles cumpram todas as metas estipuladas pelas respectivas chefias imediatas.
- ☐ D) se aplica ao agente público Matheus, mas não à servidora Maria, por exercer as suas funções junto a uma pessoa jurídica de direito privado.
- ☐ E) não se aplica aos agentes públicos Matheus e Maria, por exercerem as suas funções junto a entidades da Administração Indireta.

CF, Art 38, II

49. (FGV/MPE RJ/2025) João, servidor público do Estado Alfa, foi eleito Prefeito do Município Beta. Embora tenha comemorado o fato de ter sido eleito, João tinha dúvidas em relação à sua situação funcional, considerando o cargo de provimento efetivo que ocupa. Acresça-se que Alfa possui um regime próprio de previdência social, e Beta não. Após analisar a sistemática constitucional, João concluiu corretamente que

RPPS.

INSS - RGPS

EXCETO RL
PROMOÇÃO
POR MERECIM.
IV

- A) pode optar pela remuneração do cargo efetivo, apesar de ser afastado.
- B) ficará vinculado ao regime geral de previdência social durante o mandato.
- C) deve se afastar do cargo efetivo, mas o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.
- D) continuará vinculado ao regime próprio de previdência social de Alfa até que Beta crie o seu próprio regime.
- E) pode acumular a remuneração do cargo efetivo com a do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício de ambos.

profite ~ afastamento do cargo de serviço.

[pelo mandato;
+ remuneração: cargo a profite / subsídio]
(opção)

50. (FGV/TRT 24/2025) Durante a realização de atividades esportivas vinculadas ao montanhismo, Eduardo, servidor público federal junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, sofreu um grave acidente pessoal, ensejando sua **aposentadoria por invalidez**. Contudo, em momento posterior, uma junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, de forma que Eduardo retornou à atividade. De acordo com a narrativa, segundo a Lei nº 8.112/1990, assinale a opção que indica, corretamente, a modalidade de provimento do cargo público relatada.

- A) Aproveitamento. > DISPONÍVEL (ARTS 30 - 32) ART. 25
- B) Readaptação. > SAÚDE (ART 24) - GERA EXCEDENTE.
- C) Reintegração. > DEMITIDO (ART 28)
- D) Recondução. > ESTÁGIO PROBATÓRIO (ARTS. 20, §2º; 29)
- E) Reversão. > CESSADA A INVALIDEZ (ARTS 25 e 24) - GERA EXCEDENTE.

51. (FGV/TRT 24/2025) Maria, que residia na localidade X e não ocupava nenhum cargo público de provimento efetivo, foi nomeada para ocupar cargo em comissão no âmbito da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Federal, sendo lotada na localidade Y. Em razão dessa nomeação, Maria precisou mudar de domicílio. Ao analisar a sistemática da Lei nº 8.112/1990, Maria concluiu corretamente que

Arts. 53 - 57.

- ☒ A) faz jus à ajuda de custo, caso tenha sido nomeada para cargo de direção. X
- ☒ B) faz jus à ajuda de custo em importância não superior a três meses de remuneração. ✓
- ☒ C) a soma da ajuda de custo à remuneração regular não pode exceder o teto remuneratório constitucional. Indenização
- ☒ D) não faz jus à ajuda de custo, que é devida apenas aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
- ☒ E) faz jus à ajuda de custo, mesmo que seu cônjuge ou companheiro, caso seja servidor federal, também venha a recebê-la em razão da mudança de domicílio. não auxilio pagamento

52. (FGV/TRT 24/2025) Pedro, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, passou a responder a sindicância em razão da alegada prática de infração disciplinar. Ao tomar conhecimento da instauração da sindicância, Pedro consultou a Lei nº 8.112/1990 em relação aos seus possíveis efeitos e concluiu corretamente que esse tipo de expediente

~~A)~~ pode redundar na sua destituição do cargo em comissão. ~~X~~

~~B)~~ pode resultar na aplicação de suspensão de até trinta dias.

~~C)~~ deve ser necessariamente conduzido por comissão composta por três servidores estáveis.

~~D)~~ é o processo administrativo disciplinar que pode redundar na aplicação de qualquer sanção que não a demissão.

~~E)~~ pode instrumentalizar a instauração de processo administrativo disciplinar, não sendo um fim em si mesmo.

ART 146
P.A.D.

ART 145
• ARQUIVAMENTO
• INDEFERÊNCIA
• SUSPENSÃO ATÉ 30 DIAS

~~X~~
~~X~~
~~X~~
✓

B 53. (FGV/TRT 24/2025) Em processo administrativo disciplinar foi identificado que João, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, tem uma inassiduidade habitual o que vinha causando prejuízo ao regular funcionamento da atividade desenvolvida pela Administração Pública Direta em prol da coletividade. Sobre a sanção a ser aplicada a João, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990), assinale a afirmativa correta.

- ☒ A) Multa. **(Art. 130)**
- ☒ B) Demissão. **~ P.A.D (Art 133): SUMÁRIO**
- ☒ C) Advertência.
- ☒ D) Suspensão de até quinze dias.
- ☒ E) Suspensão, sendo possível a sua conversão em multa, na base de 50% por dia de vencimento.

Art 139 / Art 132
*** 60 DIAS DE FALTAS INJUST., INTERDITADAS EM 12 MESES.**

Art 60-A — 60-E.

54. (FGV/TRT 24/2025) Maria, servidora pública federal, recebia auxílio-moradia em razão da inexistência de imóvel funcional disponível na localidade em que estava lotada, além de preencher os demais requisitos exigidos na sistemática vigente. Sobre a hipótese, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- ~~A)~~ O auxílio tem a natureza jurídica de adicional. *Indenizatória.*
- ~~B)~~ O auxílio tem a natureza jurídica de gratificação.
- ~~C)~~ O valor do auxílio é estabelecido apenas em regulamento.
- ~~D)~~ O auxílio se incorpora ao vencimento de Maria, nas situações indicadas em lei.
- ☒ E) No caso de falecimento de Maria, o auxílio continuará sendo pago por um mês.

até 25% da (R\$) do D.A.S./CNE.

55. (FGV/TRT 24/2025) João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal Regional do Trabalho da Região X, em razão de patologia estritamente relacionada ao exercício funcional, teve deferida a [aposentadoria por incapacidade permanente] para o trabalho. Em momento posterior, constatou-se a acentuada regressão da referida patologia, o que acarretou o restabelecimento da capacidade laborativa do servidor, ainda que em intensidade um pouco inferior à originária. Por tal razão, a Administração Pública decidiu que João deveria retornar ao serviço ativo. Sobre a hipótese, à luz da Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- ~~A)~~ João deve ocupar algum cargo da mesma carreira do cargo originário.
- ~~B)~~ João deve retornar ao cargo que ocupava por ocasião da aposentadoria. *OU NO Q/ SE TRANSFORMOU* 😊
- ~~C)~~ Caso inexistir cargo vago, João deve ser posto em disponibilidade. *inexistente*
- ~~D)~~ Caso inexistir cargo vago, deve ser postergado o retorno de João ao serviço ativo. *X X X X X*
- E) Caso inexistir cargo vago, João exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga. *REVISÃO (Arts. 25 e 24)*

56. (FGV/MPE RJ/2025) O Município Alfa criou um ente da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito privado e capital majoritariamente público, com o objetivo de prestar serviço público de sua competência, em atuação que lhe é própria. Essa exploração seria realizada em regime não concorrencial. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- A) a prestação indireta do serviço público somente pode ser realizada em regime de concessão ou permissão, não da forma descrita na narrativa. *P. DE POLÍCIA → indeluzível ao particular.*
- B) o serviço público pode ser prestado da forma descrita, sendo possível, inclusive, a delegação do poder de polícia, por meio de lei, ao ente da administração pública indireta. ✓
- C) o serviço público deve ser prestado diretamente pelo ente federativo que o titulariza, portanto, por sua administração direta, não pela administração indireta, como foi feito. ✓
- D) o serviço público pode ser prestado por ente da administração pública indireta, mas, na situação descrita, esse ente tem personalidade jurídica de direito privado, o que é vedado. ✓
- E) cabe à administração pública definir a forma de prestação do serviço público, que pode ser explorado, inclusive, por empresas privadas que requeiram autorização do ente competente, logo, é correta a referida forma de exploração. ✓

57. (FGV/PGM RJ/2025) O Prefeito do Rio de Janeiro, com o objetivo de tomar decisão informada sobre um eventual e futuro contrato administrativo, solicitou à Procuradoria municipal a apresentação de parecer sobre as cláusulas que devem reger, regra geral, os contratos administrativos de concessão de serviços públicos. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, não é cláusula essencial do contrato de concessão a relativa: **Art 23**

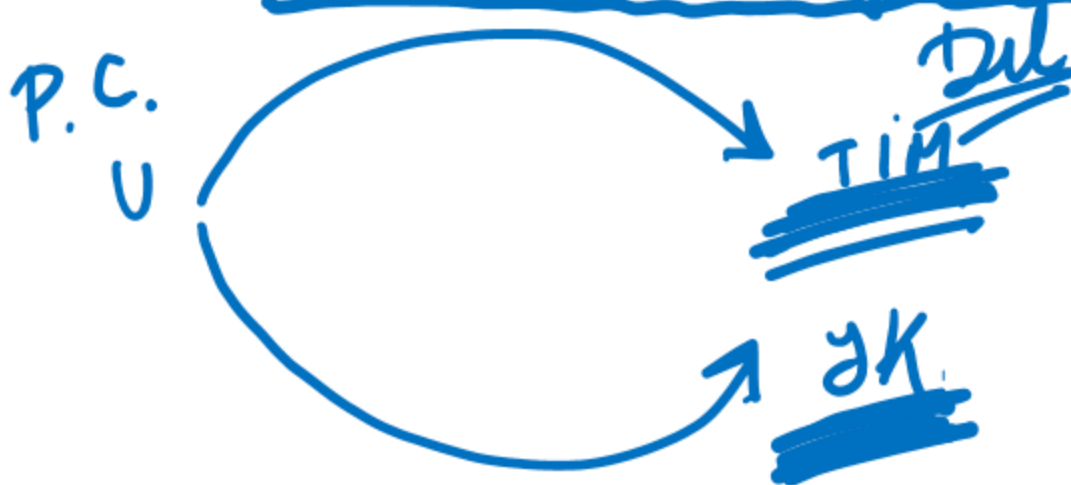
- A) aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações. **V**
- B) à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como à indicação dos órgãos competentes para exercê-la. **VII**
- ☒ C) ao foro e à vedação a soluções amigáveis das divergências contratuais, em razão da indisponibilidade do interesse público. **X** [consumulismo] **XV**
- D) aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso. **XI**
- E) às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação. **VIII**

58. (FGV/PGM RJ/2025) Um município pretende conceder à iniciativa privada a operação e a manutenção de uma estação de tratamento de esgoto, incluindo a ampliação da capacidade de tratamento ao longo de 25 anos. A empresa concessionária será remunerada por meio de tarifas cobradas diretamente dos usuários. Com base na Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, e considerando aspectos técnicos e econômicos comuns na engenharia de infraestruturas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A homologação e revisão dos reajustes das tarifas é um encargo do poder concedente EQUILÍBRIO ECONÔMICO ART 29. Art 2º, I: - U, E, N, DF.
- II. A captação, aplicação e gestão dos recursos financeiros necessários à prestação do serviço é um encargo da concessionária ART 31 ART 38.
- III. A declaração da caducidade da concessão com o advento do termo contratual é uma competência do poder concedente TÉRMINO DA DURAÇÃO. INEXEÇÃO.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- ☒ C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.





**ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

**Raphael
Spyere**
Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR



@PROF.RAPHAELSPYERE